

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO-FUE
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL NOTURNO

Mariane Carloto da Silva

**ATUAÇÃO DO EDUCADOR ESPECIAL NO ENSINO SUPERIOR:
REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO INICIAL**

Santa Maria, RS
2018

Mariane Carloto da Silva

**ATUAÇÃO DO EDUCADOR ESPECIAL NO ENSINO SUPERIOR: REFLEXÕES
SOBRE A FORMAÇÃO INICIAL**

Pesquisa Profissional II para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação Especial Noturno, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Licenciada em Educação Especial – Noturno.**

Orientadora: Prof^a Dr^a. Sílvia Maria de Oliveira Pavão

Santa Maria, RS

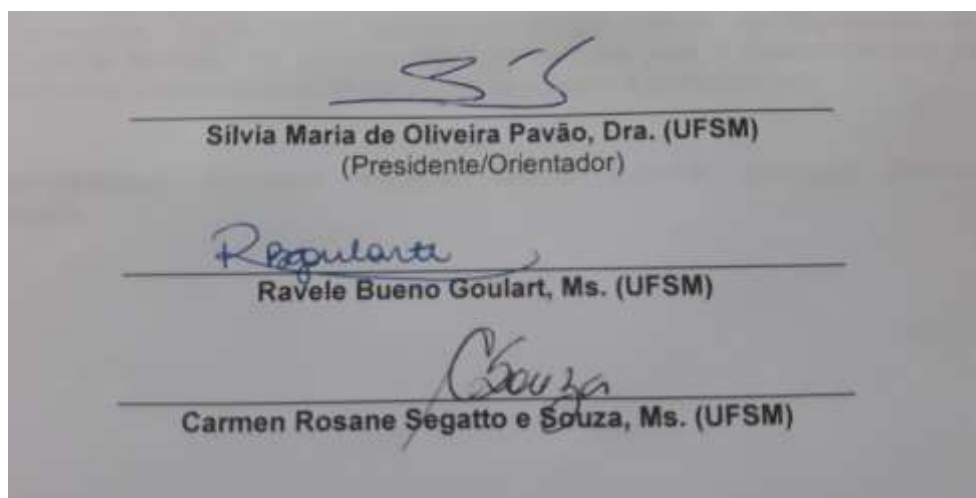
2018

Mariane Carloto da Silva

**ATUAÇÃO DO EDUCADOR ESPECIAL NO ENSINO SUPERIOR: REFLEXÕES
SOBRE A FORMAÇÃO INICIAL**

Pesquisa Profissional II para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação Especial Noturno, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Licenciada em Educação Especial – Noturno**.

Aprovado em 03 de dezembro de 2018:



Santa Maria, RS

2018

RESUMO

ATUAÇÃO DO EDUCADOR ESPECIAL NO ENSINO SUPERIOR: REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO INICIAL

AUTOR: Mariane Carloto da Silva
ORIENTADOR: Sílvia Maria de Oliveira Pavão

O desenvolvimento deste estudo está vinculado à disciplina Projeto de Pesquisa Profissional, para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, tendo o Ensino Superior como lócus de formação e atuação do Educador Especial. O objetivo geral foi conhecer os impactos da implementação da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) nos cursos de Educação Especial da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), totalizando quatro cursos e direcionando o olhar para a atuação do Educador Especial no Ensino Superior. Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa, exploratória e documental. Os dados foram coletados por meio de questionário aberto direcionado aos três coordenadores dos cursos de Licenciatura em Educação Especial (Noturno, diurno, EAD) na UFSM e análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) e Ementa dos quatro cursos. Os resultados indicam a urgência de projetos de formação de Educadores Especiais que tenham o Ensino Superior como um campo de atuação, apresentando componentes formativos para qualificar a formação dos Educadores Especiais para atuar no Ensino Superior. Conclui-se que se faz necessário fortalecer o processo de reflexões sobre as estruturas curriculares nos cursos de Licenciatura em Educação Especial, considerando as necessidades formativas para a atuação do Educador Especial no Ensino Superior, para que, além de haver o ingresso de estudantes público-alvo nas universidades, possa haver também o reconhecimento da importância do profissional formado nos espaços das universidades para o desenvolvimento do atendimento e planejamento de ações que favoreçam a aprendizagem.

Palavras-chave: Educação Especial. Ensino Superior. Educador Especial. Currículo.

ABSTRACT

SPECIAL EDUCATOR ACTIVITIES IN HIGHER EDUCATION: REFLECTIONS ON INITIAL TRAINING

AUTHOR: Mariane Carloto da Silva
SUPERVISOR: Sílvia Maria de Oliveira Pavão

The development of this study is linked to the discipline of Professional Research Project to elaborate the Course Completion Work, which has Higher Education as a locus of formation and performance of the Special Educator. The general objective was to know the impacts of the implementation of the National Policy on Special Education in the perspective of Inclusive Education (PNEEPEI) in the special education courses of the Federal University of Santa Maria (UFSM) and the Federal University of São Carlos (UFSCar), totaling four courses and focusing on the performance of the Special Educator in Higher Education. For this, a qualitative, exploratory and documentary research was carried out. Data were collected through an open questionnaire directed to the three coordinators of the Special Education Degree (Nighttime, Daytime, EAD) courses at the UFSM and the analysis of the Political Project Pedagogical (PPP) and Menu of the four courses. Results indicate the urgency of Special Educator training projects that have Higher Education as a field of activity, presenting training components to qualify the Special Educators training to work in Higher Education. It is concluded that it is necessary to strengthen the process of reflections on curricular structures in the Special Education Undergraduate courses, considering the training needs for the Special Educator in the Higher Education, so that, in addition to the admission of public target students in universities, there may also be recognition of the importance of the professional trained in the spaces of universities for the development of care and planning of actions that favor learning.

Keywords: Special Education. Higher education. Special Educator. Curriculum

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Diagrama representativo da Metodologia do Projeto de Pesquisa	29
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Artigos Científicos encontrados na busca.....	19
Tabela 2 - Objetivo geral e áreas de atuação nos quatro cursos investigados..	34
Tabela 3 - Disciplinas selecionadas e seus objetivos	40

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Capes
EAD	Educação à Distância
EBTT	Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
EJA	Educação de Jovens e Adultos
GAP	Gabinete de Projetos
IFE	Instituição Federal de Ensino
IFES	Instituto Federal de Ensino Superior
IES	Instituição de Ensino Superior
NDE	Núcleo Docente Estruturante
PAEE	Público Alvo da Educação Especial
PNEEPEI	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva
PPP	Projeto Político Pedagógico
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	52
Apêndice B - Questionário para os coordenadores.....	56

LISTA DE ANEXOS

Anexo A - Registro do projeto no Gabinete de Projetos- GAP da instituição 57

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 O ESTADO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL: A ATUAÇÃO DO EDUCADOR ESPECIAL NO ENSINO SUPERIOR	18
2 REFLEXÕES INICIAIS SOBRE A ATUAÇÃO DO EDUCADOR ESPECIAL NO CONTEXTO DO ENSINO SUPERIOR	24
3 PERSPECTIVAS SOBRE O CURRÍCULO E A FORMAÇÃO DO EDUCADOR ESPECIAL	26
4 MÉTODO	29
4.1 LOCAL, POPULAÇÃO E PERÍODO	30
4.2 TÉCNICA DE COLETA DE DADOS	31
4.3 QUESTÕES ÉTICAS	32
4.4 MÉTODO DE ANÁLISE	32
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	34
5.1 CONHECENDO OS CURSOS DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL NAS INSTITUIÇÕES PESQUISADAS	34
5.1.1 A articulação das disciplinas dos cursos na conexão com a atuação do Educador Especial no Ensino Superior	39
5.2 CONSIDERAÇÕES DOS COORDENADORES DOS CURSOS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DA UFSM SOBRE O PPP	42
5.3 O PPP CONTEMPLA A LEGISLAÇÃO ATUAL DA EDUCAÇÃO ESPECIAL?!	45
CONCLUSÃO	47
REFERENCIAS	49
APÊNDICE	52
APÊNDICE A- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	52
APÊNDICE B- QUESTIONÁRIO DE COLETA DE DADOS PARA OS COORDENADORES	56
ANEXO	57
ANEXO A – REGISTRO DO PROJETO NO GABINETE DE PROJETOS-GAP DA INSTITUIÇÃO	57

APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso se constituiu a partir das leituras e experiências vivenciadas ao longo da minha formação acadêmica/profissional, e especialmente, durante o curso de Licenciatura em Educação Especial Noturno.

Meu caminho formativo se iniciou em 2002, na cidade de Santiago/RS, quando ingressei no curso Normal de Nível Médio (Magistério). Após a conclusão, em 2006, ingressei no curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Norte do Paraná, também na cidade de Santiago.

Foram quatro anos de estudos, na qual fui me constituindo pedagoga, estabelecendo laços entre teorias e práticas, ampliando minha experiência profissional. No decorrer da graduação e após sua conclusão, tive a oportunidade de desenvolver um trabalho voluntário em uma Instituição Especializada (APAE- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, em Santiago), onde me deparei com os desencontros, desafios e urgência em saber mais. Eu precisava de formações que fizessem sentido com a minha prática e profissão: pedagoga.

Impulsionada por estes sentimentos, decidi prestar o Vestibular para o curso de Licenciatura em Educação Especial Noturno na Universidade Federal de Santa Maria, ser pesquisadora na área da Educação Especial e contribuir com produções, pesquisas referentes à Educação Especial, inclusão nos espaços educativos.

Então, em 2012, iniciei meus estudos em Santa Maria, um sonho sendo realizado, dentre tantos outros que eu tinha. Entre teorias, práticas, leituras, dedicações, objetivos delimitados, fui e vou me compondo Pedagoga, Educadora Especial e pesquisadora. Devido minha primeira formação em Pedagogia, foi possível atuar profissionalmente em escolas e bolsas de iniciação científica, tudo durante meu processo de formação em Educação Especial.

Em inserção na UFSM, em 2014 ingressei no Mestrado em Educação da UFSM, na Linha de Pesquisa LP3: Educação Especial. Momento importante, na qual qualifiquei minhas leituras, ampliei os olhares. O Mestrado possibilitou-me ingressar no grupo de pesquisa GPEDUSI (Grupo de Pesquisa em Educação, Saúde e Inclusão), estando vinculada a Linha de Pesquisa: Práticas educativas: saberes e políticas, da qual ainda participo. O grupo tem se constituído como espaço de

reflexões sobre a aprendizagem no Ensino Superior, e também discussões em torno das dificuldades de aprendizagem, deficiência, saúde na educação.

No ano de 2015 afastei-me da minha atuação enquanto professora de crianças para atuar como bolsista do AEE-UFSM, operando como Educadora Especial no Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal de Santa Maria. Passei a atender os estudantes por meio do Atendimento Educacional Especializado, fazendo reuniões, conversas com professores e coordenadores de cursos, estando, assim, vinculada aos Projetos: Curso de Aperfeiçoamento em Atendimento Educacional Especializado (AEE) – 9ª edição e Aspectos Interdisciplinares do aprender na Universidade: contribuições clínicas. Projetos estes ricos de vivências nas quais foram bases para as delimitações de ideias de pesquisas e reflexões. Também, no ano de 2015 fui selecionada como tutora na Educação à Distância no curso de Pedagogia, no qual atuo até hoje.

Em 2016 fui nomeada no Concurso Público no Município de Santa Maria e assumi o cargo de Professora dos Anos Iniciais e em 2018 ingressei no Doutorado em Educação da UFSM, na Linha de Pesquisa LP3: Educação Especial.

A experiência como bolsista no AEE na universidade me fez perceber algumas fragilidades na minha formação inicial em Educação Especial no que tange na atuação do Educador Especial no Ensino Superior. Passei a refletir que o curso não possibilitou discussões a respeito do profissional e do seu papel no Ensino Superior.

Ao longo do curso em Educação Especial, as disciplinas ofertadas deram ênfase às questões referentes ao público-alvo da Educação Especial na Educação Básica, assim como, estratégias pedagógicas referentes a esse nível de ensino.

Neste momento, de quase Educadora Especial, relembro meu interesse em realizar o curso de Educação Especial (2012) me deparo novamente com o mesmo sentimento de incompletude e necessidade de saber mais. Incompletude de saberes e capacidades para atuar como Educadora Especial frente a grande demanda existente no Ensino Superior, o que me permite e me instiga a desenvolver esta pesquisa.

INTRODUÇÃO

Sabe-se que a partir da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - PNEEPEI (BRASIL, 2008), a Educação Especial adquire novos olhares, principalmente com relação aos seus atendimentos e públicos. Sua transversalidade perpassa todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, contribuindo na aprendizagem dos estudantes no processo educacional, orientando para a organização de trabalho em equipe, recursos necessários para os processos de ensino-aprendizagem.

Na educação superior, a transversalidade da Educação Especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão (BRASIL, 2008, p. 11).

Para que haja um atendimento de qualidade e que contemple os princípios da Política na Educação Superior se faz necessário um profissional qualificado, formado na área, ou seja, a expansão da atuação do Educador Especial no Ensino Superior.

Se olharmos para a Educação Básica, percebemos a presença de Educadores Especiais nas escolas, desenvolvendo ações preconizadas pela PNEEPEI (BRASIL, 2008).

Primar pelo acesso, permanência, aprendizagem e conclusão dos cursos pelos estudantes público-alvo da Educação Especial na Universidade suponha-se o profissional formado na área.

Nessa perspectiva, considera-se relevante refletir sobre o papel da Universidade em relação à formação inicial no curso de Licenciatura em Educação Especial, uma vez que, é nesse contexto formativo que o estudante se constituirá profissional, tornando-se apto para atuar nos diferentes campos da Educação Especial, lembrando que a PNEEPEI (BRASIL, 2008) define que a Educação Especial vai da Educação Infantil até o Ensino Superior. Com isso, os cursos de formação para Educação Especial precisam educar os conhecimentos necessários para a futura atuação profissional em todos os níveis, etapas e modalidades.

Uma das áreas de atuação do Educador Especial é o Atendimento Educacional Especializado (AEE), na qual

[...] tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos estudantes com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (BRASIL, 2008, p. 11).

Cabe destacar que o profissional que atua no Atendimento Educacional Especializado no Ensino Superior precisa ser capacitado para compreender a realidade existente, e, assim, executar ações adequadas e comprometidas com o estudante que atende, promovendo a sua inclusão.

Dessa forma, é a partir da PNEEPEI (BRASIL, 2008) que se desenvolverá esta pesquisa, no que se refere aos efeitos a partir da PNEEPEI (2008) na atuação do Educador Especial na Universidade e na organização curricular nos cursos de formação inicial em Educação Especial.

O acesso aos documentos legais dos cursos (Projeto Político Pedagógico e Ementa) ocorreu por meio dos sites das universidades.

Levando em consideração todos os aspectos supracitados e diante dos desafios propostos por este tema, surge a seguinte questão de pesquisa: Os princípios da Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 2008) com relação à inclusão no Ensino Superior estão sendo contempladas e efetivadas nos currículos dos cursos de licenciatura em Educação Especial?

O acesso dos estudantes público-alvo da Educação Especial ao Ensino Superior está sendo gradativamente ampliado, afirmando e concretizando o direito de todos ao ensino, à profissionalização, à qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988) e aos debates referentes à Educação Especial. Muitas mudanças foram incentivadas pelas Políticas Públicas, visando facilitar o acesso e atender a diversidade de todos os estudantes.

O Censo da Educação Superior demonstra que, entre 2003 e 2015, o número de estudantes passou de 5.078 para 33.475 estudantes, representando um crescimento de 559%. A ampliação das ações de promoção do acesso das pessoas com deficiência à educação, nos últimos anos, resulta no crescimento de 77% no número de municípios com matrículas de estudantes público-alvo da educação especial. Em 2003, registravam-se 3.147 municípios (56,5%), chegando a 2015, com 5.566

municípios (99,9%) (BRASIL, 2016a, p. 36-7).

Estes registros demonstram a oferta de acesso às Instituições de Ensino Superior (IES) e também o aumento contínuo de ingresso de estudantes público-alvo da Educação Especial na Universidade, o que possibilitaram o estabelecimento de algumas hipóteses, as quais poderão ser confirmadas e/ou contestadas no desenvolvimento da pesquisa, que são: A inclusão de disciplinas na matriz curricular dos cursos de Licenciatura em Educação Especial voltadas ao atendimento no Ensino Superior fortalece o Ensino Superior como um campo de atuação do Educador Especial, tanto no estágio curricular quanto na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT); O Projeto Político Pedagógico dos cursos de Licenciatura em Educação Especial não prevêem componentes curriculares referente a atuação do Educador Especial no Ensino Superior; É importante uma readequação nas matrizes curriculares dos cursos referente a formação inicial dos Educadores Especiais, para assim, contemplar em sua atuação todos os níveis de ensino.

Complementarmente, a lei nº 13.632/2018 (BRASIL, 2018) garante que a modalidade da Educação Especial inicia na Educação Infantil e estende-se ao longo da vida (BRASIL, 2018).

A presente pesquisa despertou interesse, por reconhecer a importância da atuação do Educador Especial, como profissional possuidor de formação e saberes teóricos e práticos em relação aos estudantes público-alvo que estão incluídos no Ensino Superior. E que, sendo assim, torna-se necessário que a formação inicial proporcione os conhecimentos necessários para a atuação do profissional em todos os campos de atuação do Educador Especial.

Fortalecendo estas premissas, menciona-se a Lei nº 13.409/2016, que dispõe sobre a reserva de vagas para as pessoas com deficiência nos cursos Técnico de Nível Médio e Superior das Instituições Federais de Ensino (IFE) (BRASIL, 2016b).

Diante do exposto, vê-se que a inclusão dos estudantes público-alvo da Educação Especial no Ensino Superior é orientada por Políticas e assegurada por leis, porém entende-se que a inclusão no Ensino Superior não ocorre somente pelo acesso por meio das reservas de vagas, e sim pelos caminhos que percorre durante a sua formação acadêmica, permeada de ações que visem sua aprendizagem e conclusão dos cursos.

Acredita-se que estas ações são apreendidas especialmente em curso específico de formação inicial, e também, deveria ser desenvolvida pelo Educador Especial mediante a existência de cargo efetivo na IES.

Estabeleceu-se como objetivo geral, conhecer os impactos da implementação da PNEEPEI nos cursos de Educação Especial da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) nas três modalidades e na Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), direcionando o olhar para a atuação do Educador Especial no Ensino Superior.

E como objetivos específicos: verificar no Projeto Político Pedagógico (PPP) e Ementa dos cursos de Educação Especial quais disciplinas estão sendo ofertadas ou que precisam ofertar para atender o que diz a PNEEPEI (BRASIL, 2008) com relação à atuação do Educador Especial no Ensino Superior; Identificar as disciplinas que promovem discussões teóricas e contato dos estudantes do curso de Educação Especial com o campo de atuação Ensino Superior; Refletir sobre a proposta de formação inicial prevista no PPP e Ementa dos cursos com relação à atuação do Educador Especial no Ensino Superior; Analisar quais componentes formativos estão sendo ofertados para qualificar a formação dos Educadores Especiais para atuar no Ensino Superior.

Seguindo as ideias iniciais apresentadas na introdução, delinear-se-ão capítulos reunindo embasamentos teóricos, proporcionando reflexões e atendendo aos objetivos propostos nesta pesquisa.

Na seção um intitulada “O estado do conhecimento em Educação Especial: a atuação do Educador Especial no Ensino Superior”, faz-se diálogos e reflexões sobre as produções acadêmicas encontradas na Base de dados do Portal de Periódico da Capes, do Scielo e na Revista Educação Especial da UFSM, na área da Educação Especial envolvendo a atuação do Educador Especial no Ensino Superior.

Ao fazer “Reflexões iniciais sobre a atuação do Educador Especial no contexto do Ensino Superior”, na seção dois, são propostas discussões sobre a formação necessária do Educador Especial e sua importância na atuação no Ensino Superior.

Na seção três, apresenta-se “Perspectivas sobre o currículo e a formação do Educador Especial”, partindo do Ensino Superior, como o local de formação docente,

e o currículo, como eixo central para se discutir e (re) pensar a formação que está sendo ofertada nos cursos de graduação.

Na quarta seção consta o método que foi utilizado na pesquisa, delineando o tipo de estudo, os participantes, o local onde os dados foram coletados e as Técnicas utilizadas para a Análise dos Dados.

Ao iniciar a seção “Análise e Discussão dos Dados” apresentam-se três categorias elencadas, sendo uma subdividida. Categoria “**Conhecendo os cursos de licenciatura em Educação Especial nas instituições pesquisadas**”, subdividida em “A articulação das disciplinas dos cursos na conexão com a atuação do Educador Especial no Ensino Superior”. Categoria “**Considerações dos coordenadores dos cursos de Educação Especial da UFSM sobre o PPP**”. Categoria “**O PPP contempla a legislação atual da Educação Especial?!**”.

Na última seção consta a conclusão desta investigação, seguida pelas Referências.

1 O ESTADO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL: A ATUAÇÃO DO EDUCADOR ESPECIAL NO ENSINO SUPERIOR

Nesta seção apresentam-se diálogos e reflexões sobre as produções científicas encontradas na Base de dados do Portal de Periódico da Capes, do Scielo e na Revista Educação Especial da UFSM, a fim de fortalecer a importância desta pesquisa ao campo da Educação Especial e acreditando nas contribuições futuras na aprendizagem dos estudantes que necessitam do trabalho do Educador Especial.

O estado do conhecimento contribui para aprofundar e conhecer as discussões que estão sendo produzidas sobre o tema de pesquisa, para, assim, trazer uma discussão nova sobre o tema, delimitando aqui os artigos científicos brasileiros como locus de investigação do estado do conhecimento. Fortalecendo estas premissas, Ferreira (2002, p. 258) acentua que o estado do conhecimento traz

[...] o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários.

Nesse sentido, o estado do conhecimento contribui para conhecer o que vem sendo pesquisado sobre os campos de atuação do Educador Especial, especificamente no Ensino Superior, e também trazer novas reflexões sobre o tema de pesquisa.

A consulta teve como locus a Base de dados do Portal de Periódico da Capes, do Scielo e a Revista Educação Especial (UFSM), considerando as publicações disponíveis online entre os anos de 2009 a 2018. Definiu-se o marco temporal com início em 2009 por ser um ano após a publicação da PNEEPEI (BRASIL, 2008), levando em consideração as possíveis mudanças no cenário educacional com a efetivação da Política, tanto na área de público de atendimento da Educação Especial como nos campos de atuação do Educador Especial.

Além do marco temporal, estabeleceu-se como critério artigos em língua portuguesa.

Foram utilizados os seguintes descritores para pesquisas dos artigos científicos: “Educador Especial no Ensino Superior”; “Educador Especial na

Universidade”; “Campos de atuação do Educador Especial”, “Educação Especial”, “Inclusão no Ensino Superior”, “Atendimento Educacional Especializado no Ensino Superior”, “Educador Especial” e “Deficientes no Ensino Superior”. Apenas os descritores “Educação Especial”, “Educação Especial no Ensino Superior”, “Ensino Superior” e “Inclusão no Ensino Superior” mostraram resultados.

Adotando os critérios supracitados, localizou-se 103 artigos no total. No entanto, com a leitura dos títulos e resumos foram excluídos os artigos que não abordavam a temática central deste estudo, que na sua maioria tratavam da Educação Básica e/ou outras ações afirmativas no Ensino Superior. Por fim, foram considerados para leitura na íntegra 7 artigos (Tabela 1).

Tabela 1- Artigos Científicos encontrados na busca.

Ano \ Locus de busca	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Portal de Periódico da Capes	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Scielo	-	-	-	1	-	-	-	2	-	1
Revista Educação Especial	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-

Fonte: Autores.

A partir desta tabela pode-se perceber a precariedade de pesquisas relacionadas à atuação do Educador Especial no Ensino Superior, assim como o surgimento de discussões sobre isso no ano de 2012.

No estudo, “Demandas de docentes do ensino superior para a formação de alunos com deficiência”, realizado por Silva; Cymrot e D’Antino (2012), 199 dos 752 docentes universitários (participantes do estudo) de uma Universidade Particular pontuaram a necessidade da criação de Núcleos Multidisciplinares em apoio aos docentes e aos estudantes com deficiência, assim como, o acompanhamento por especialistas para auxiliar o processo de ensino-aprendizagem, para o

desenvolvimento de atendimentos psicológicos, pedagógicos e psicopedagógicos. Os autores concluem o estudo ressaltando a importância das universidades investirem em programas de preparação e formação continuada de docentes e profissionais da educação para atuarem frente aos estudantes incluídos.

Fernandes; Oliveira e Almeida (2016), no estudo “Inclusão de estudantes com deficiências na universidade: Estudo em uma universidade portuguesa”, divulgaram as concepções de oito estudantes de uma universidade de Portugal sobre os desafios enfrentados ao experimentarem a inclusão nesse nível de ensino. Percebeu-se a necessidade de ampliação das ações dos serviços de apoio aos estudantes com deficiência, por meio de mais profissionais para os atendimentos, especialmente: psicólogos, fonoaudiólogos, pedagogos e técnicos que atuem na adequação de materiais à sua aprendizagem (a universidade não possui estes profissionais para os atendimentos).

No estudo não foi identificado a presença do Educador Especial, porém, as ações mencionadas pelos estudantes competem à atuação profissional do Educador Especial no contexto da universidade, e deixa claro a importância deste para o acompanhamento durante o processo formativo dos estudantes.

No mesmo ano, Ciantelli e Leite (2016), em seu trabalho intitulado “Ações Exercidas pelos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais Brasileiras”, apresentaram funcionamento dos Núcleos de Acessibilidade das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) em prol da participação dos estudantes com deficiência. Para a coleta dos dados as autoras utilizaram um questionário via formulário eletrônico direcionado aos 17 coordenadores dos Núcleos de Acessibilidade.

Com a coleta foi possível investigar quais ações estão sendo desenvolvidas com relação a acessibilidade arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e o funcionamento.

Considera-se válido o artigo para este estudo por mostrar que dentro das equipes que atuam dos Núcleos de Acessibilidade há bolsistas universitários que atendem os estudantes com deficiência (não menciona os cursos que os bolsistas estão vinculados) e profissionais como pedagogos, psicólogos, fisioterapeutas e tradutor e Interprete de Libras, não mencionando o Educador Especial.

Ressalta-se que as autoras tiveram como foco as ações desenvolvidas pelos Núcleos de Acessibilidade, e não a formação dos profissionais, porém utiliza-se este achado do artigo para fortalecer a importância de se fazer o estado do conhecimento sobre a temática desta pesquisa.

A partir da leitura deste artigo ficou evidente que nos Núcleos de Acessibilidade há a atuação de bolsistas universitários para o atendimento dos estudantes com deficiência, não mencionando o cargo do Educador Especial, e ainda, as autoras evidenciam a necessidade de uma equipe multiprofissional para o suporte educacional aos professores e estudantes.

Na pesquisa “Estrutura e funcionamento dos Núcleos de Acessibilidade nas universidades federais da Região Sudeste”, Pletsch e Melo (2017) aplicaram um questionário em dezenove Núcleos de Acessibilidade de Universidades Federais da região Sudeste, respondidos pelos coordenadores, que evidenciaram que a equipe que desenvolve as ações no Núcleo de Acessibilidade é composta por profissionais com diferentes formações: Pedagogia, Psicopedagogia, Psicologia, Assistência Social, Terapia Ocupacional, Fisioterapia, Enfermagem, Sociologia, Engenharia Civil e bolsistas de diferentes áreas, assim como Técnicos Administrativos capacitados em áreas de interesse para realizar os apoios. Percebe-se que não há a atuação do Educador Especial nestes núcleos.

As autoras concluem o estudo sinalizando a falta e carência de profissionais especialistas como intérpretes, tradutores e intérpretes de Libras, assim como de revisores e transcritores em Braille (PLETSCH; MELO, 2017).

No artigo “Núcleos de Acessibilidade nas Universidades: reflexões a partir de uma experiência institucional”, Melo e Araújo (2018) objetivaram descrever e discutir ações voltadas aos estudantes com deficiência por meio das normativas institucionais de Inclusão de uma Universidade Federal, assim como, refletir acerca do trabalho que a Universidade vem desenvolvendo para o aprimoramento das ações do Núcleo de Acessibilidade da Universidade.

Com base no estudo analítico-descritivo e documental as autoras constataram dentre as ações desenvolvidas pelo Núcleo, a formação continuada, na qual dissertaram a importância da capacitação dos servidores técnicos para o atendimento dos estudantes com deficiência, e que a Universidade pesquisada criou uma portaria para elaborar uma proposta de formação continuada aos docentes.

Nas conclusões as autoras mencionam o desafio da Universidade em contratar profissionais para compor a equipe do Núcleo de Acessibilidade e também enfatizam que trabalhar/atender os estudantes com deficiência requer competências e habilidades profissionais que não tem como reunir em um único espaço. Finalizam a pesquisa destacando a importância de uma articulação institucional para garantir vagas para profissionais voltados aos atendimentos.

Embora estes dois artigos apresentados (CIANTELLI; LEITE, 2016, MELO; ARAÚJO, 2018) não tenham focado suas atenções na atuação do Educador Especial para o atendimento dos estudantes público-alvo da Educação Especial no Ensino Superior, revelaram em seus resultados e conclusões a necessidade de um profissional formado e capacitado para atender os estudantes público-alvo, que ao nosso olhar é o Educador Especial, e ainda, subentende-se por meio da pesquisa de Melo; Araújo (2018) a precisão de haver cargos efetivos de profissionais nas universidades para o trabalho no Núcleo de Acessibilidade.

No trabalho “Concordâncias/discordâncias acerca do processo inclusivo no Ensino Superior: um estudo exploratório” Marques e Gomes (2014) se comprometeram a caracterizar a concordância sobre a inclusão dos estudantes público-alvo no Ensino Superior por meio de questionários aplicados à docentes universitários, assim como caracterizar a avaliação que os docentes fazem de seu preparo profissional. Sendo assim, as autoras declararam que quanto menor a necessidade de comprometimentos, de adaptações curriculares e ações diferenciadas dos docentes maiores a concordância com a inclusão, e na maioria são casos de deficiências sensoriais.

Corroborando com as premissas do tema Campos de atuação do Educador Especial, as autoras finalizaram a pesquisa afirmando que há ausência de preparação e formação específica para a atuação frente aos estudantes em processo de inclusão no Ensino Superior, o que prejudica o processo de ensino-aprendizagem.

Anache; Rovetto e Oliveira (2014) analisaram no trabalho intitulado “Desafios da implantação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no Ensino Superior” o processo de implementação do Atendimento Educacional Especializado em uma Universidade.

Com a pesquisa concluíram que um dos desafios para que o AEE no Ensino Superior viabilize a aprendizagem para todos os estudantes é necessária a contratação de profissionais especializados para atender os estudantes com deficiência, e ainda tornar a disciplina de Educação Especial obrigatória em todos os cursos.

Estes dizeres pactuam com as hipóteses deste estudo, quando se afirma que a inclusão de disciplinas na matriz curricular dos cursos de Licenciatura em Educação Especial voltadas ao atendimento no Ensino Superior fortalece o Ensino Superior como um campo de atuação do Educador Especial.

De modo geral, pode-se (re) afirmar que os autores dos artigos preocuparam-se em pesquisar sobre ações necessárias à inclusão no Ensino Superior, direcionando os olhares aos docentes, aos Núcleos de Acessibilidade e ao AEE, demarcaram a importância da presença de profissionais especialistas/qualificados para atender o público-alvo da Educação Especial, suscitaram a importância de cargos para estes profissionais, porém em nenhum momento demarcaram o Educador Especial como o especialista adequado à integrar a equipe do Núcleo de Acessibilidade.

Isso revela a necessidade de haver mais pesquisas voltadas a atuação do Educador no Ensino Superior, indicando reflexões curriculares para os cursos de formação inicial dos Educadores Especiais, considerando a importância do campo Ensino Superior como um campo de saber. Ainda, percebe-se a relevância da presente pesquisa em contribuir com o campo da Educação Especial no Ensino Superior.

2 REFLEXÕES INICIAIS SOBRE A ATUAÇÃO DO EDUCADOR ESPECIAL NO CONTEXTO DO ENSINO SUPERIOR

A Educação Especial segundo a PNEEPEI (BRASIL, 2008) consiste em uma modalidade de ensino, na qual centra seu papel no Atendimento Educacional Especializado (AEE) para todos os níveis, etapas e modalidades, planeja ações e recursos para os estudantes atendidos e realiza o ensino colaborativo com a equipe da instituição.

Sendo a Educação Especial atuante nos espaços escolares, vê-se que é dinâmica, pois atua frente a diferentes públicos, incluídos em diferentes realidades, na qual o “dinamismo exige uma atuação pedagógica voltada para alterar a situação de exclusão” (BRASIL, 2008, p. 11) promovendo a aprendizagem de todos.

Com relação à formação necessária do professor responsável pelo atendimento, a resolução nº 4/2009 define que “o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial” (BRASIL, 2009, p. 3), deixando amplo a formação inicial, desde que sendo licenciatura em áreas específicas da docência e complementarmente, formação continuada específica em Educação Especial.

Para este estudo parte-se da atuação do Educador Especial com formação inicial específica na área, já que utilizar-se-á para a pesquisa as duas Universidades Federais que ofertam este curso de licenciatura.

Dentro da atuação pedagógica, cabe ao Educador Especial “identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes” (BRASIL, 2008, p. 11). A elaboração e execução do seu planejamento precisa levar em consideração as necessidades específicas dos estudantes, o nível de ensino em que está inserido, sua faixa etária, e ainda uma articulação com o que vem sendo proposto na sala de aula regular.

Direcionando essas atuações ao nível do Ensino Superior, o profissional que realiza a função do Educador Especial precisa minimamente dominar as suas competências de atuação, fluência para dialogar com diferentes profissionais que atuam na universidade, e assim promover a autonomia e participação dos estudantes nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Sendo assim,

[...] é preciso considerar que os profissionais que atuam nesses espaços educativos demandam de conhecimento e formação que os possibilite compreender que tais espaços precisam ser planejados, organizados [...], aponta-se para que a formação desses profissionais consolide conhecimentos que contribuam para esse propósito de atuação (JESUS; ALVES, 2011, p. 23).

Considerando os indicativos da PNEEPEI (BRASIL, 2008) imbricados aos dizeres de Jesus e Alves (2011), nota-se que a atuação do Educador Especial no Ensino Superior não é fácil, tão pouco superficial. É crucial que o curso na formação inicial propicie os conhecimentos necessários para a atuação profissional do Educador Especial em todos os níveis, etapas e modalidades. Reconhece-se que apenas a formação continuada propicia qualificações profissionais, atualizações docentes, mas é um aperfeiçoamento dos saberes que foram adquiridos na formação inicial.

Jesus e Alves (2011, p. 26) ressaltam que “a formação inicial é primordial na constituição profissional e a formação continuada deve vincular-se a ela e se configurar na concretização do fazer pedagógico”. Assim, a formação continuada contribui para reflexão e atualização sobre/da prática, e não para suprimir lacunas da formação inicial.

Complementarmente, Freitas (2008) refere que ao pensarmos na inclusão de estudantes público-alvo da Educação Especial nos espaços educativos requer pensar na formação inicial do Educador Especial. Os estudos de Pimenta; Anastasiou (2002, p. 71) também apontam sobre a importância dos “saberes das áreas de conhecimento (ninguém ensina o que não sabe), dos saberes pedagógicos, dos saberes didáticos, dos saberes da experiência do sujeito professor” dentro da formação dos professores.

Assim como o professor precisa ter ciência da importância da formação continuada, o curso de formação inicial também precisa repensar sua matriz curricular diante da realidade que o profissional irá exercer a sua profissão, capacitando-o para a função para atuar no Ensino Superior.

3 PERSPECTIVAS SOBRE O CURRÍCULO E A FORMAÇÃO DO EDUCADOR ESPECIAL

Sendo o Ensino Superior um local de formação docente, é a partir deste espaço que se ocupa para discutir a formação do Educador Especial. Pensa-se a universidade como um local essencial para apropriações de aprendizagens voltadas à atuação profissional, para a ampliação e produção do conhecimento.

No âmbito do Ensino Superior, Pimenta e Anastasiou (2002) entendem que para a formação de professores o currículo precisa articular a pesquisa como um princípio formativo da docência (que seria o conhecimento da realidade) com a teoria e prática, “[...] a educação é uma prática, mas uma prática intencionalizada pela teoria. Disso decorre atribuímos importância ao estágio no processo de formação do professor” (PIMENTA; ANASTASIOU, 2002, p. 17).

Partindo do pressuposto do que diz a PNEEPEI (2008) sobre a transversalidade da Educação Especial no Ensino Superior e entendendo que o processo formativo inicial envolve todo o aparato de disciplinas e estágio que constituem os saberes docentes para a futura atuação, tem-se como ponto de reflexão o currículo, que envolve o Projeto Político Pedagógico e a matriz curricular dos cursos de formação em Educação Especial.

Pensar em processos de formação de Educadores Especiais remete-se a refletir sobre objetivos, disciplinas, saberes docentes e competências para todos os níveis e etapas de ensino, para que os futuros Educadores Especiais exerçam sua profissão com qualidade e segurança em todos os espaços educativos. Sob esse olhar, Goodson (1998, p. 10) enfatiza que “[...] não pode esquecer que o currículo está construído para ter efeitos (e tem efeitos) sobre pessoas”.

Esse caráter de currículo faz refletir que a formação profissional se dá com pessoas e só ocorre com elas, e dessa forma, o currículo não pode focar apenas no cumprimento de carga horária e disciplinas, mas também na produção de profissionais. Por isso, “é preciso reconhecer que a inclusão ou exclusão no currículo tem conexão com a inclusão ou exclusão na sociedade” (GOODSON, 1998, p.10).

Reconhece-se que o currículo é o eixo central para se discutir e (re) pensar a formação que está sendo ofertada nos cursos de graduação, e se contempla o que

preconiza a Política (2008) e a demanda atual de estudantes incluídos no Ensino Superior. Para Saviani (2010, p. 31 - 4) há vários aspectos que compõe as concepções do currículo:

[...] a elaboração do currículo obedece ao estabelecimento de prioridades de acordo com as finalidades da educação escolar e o público a que se destina; elaboração do currículo consiste numa seleção de elementos da cultura, passíveis (e desejáveis) de serem ensinados/aprendidos na educação escolar; como construção social, o currículo resulta de processos conflituosos e de decisões negociadas; há uma tendência, na elaboração de currículos, a se seguirem normas, critérios, modelos mundiais.

Partindo dos dizeres de Saviani (2010), entende-se que o currículo é dinâmico, que sofre influências do âmbito social, político e histórico, e por assim ser, pode ser debatido, refletido e reestruturado. O currículo visa à formação de profissionais flexíveis que atuarão frente a estudantes de diferentes realidades, com diferentes experiências. E ainda, direcionando estes dizeres para esta pesquisa, o currículo atende “*prioridades*” orientadas pela PNEPEI (BRASIL, 2008) e o “*público*” na qual o Educador Especial se destina.

Reforça-se a importância do currículo para refletir sobre a formação inicial ofertada pelos cursos de graduação, tendo as disciplinas curriculares como organizadoras do processo ensino-aprendizagem.

Segundo Saviani (2010) as disciplinas relacionam-se com os “domínios da cultura, as áreas do conhecimento, as ciências de referência, sem perder de vista a finalidade de ensino-aprendizagem” (SAVIANI, 2010, p. 13). Complementando, Goodson (1998, p. 43) sublinha que

[...] as disciplinas não podem ser transformadas como ‘destilações’ finais de um conhecimento que não muda nem pode mudar. Nem devem ser ensinadas como se fossem estruturas e textos incontestáveis e fundamentais. Isto acabaria criando uma epistemologia extremamente falha: pedagogicamente deteriorada e intelectualmente dúbia [...]. Tanto porque o conhecimento e o currículo são pedagogicamente realizados num contexto social, quanto porque são originariamente concebidos e elaborados neste mesmo contexto.

Deste modo, precisa-se pensar o currículo em uma perspectiva histórica, social e de formação humana, superando a ideia de recrutamento por disciplinas impostas pelo PPP, assumindo o caráter de reconstrução.

Fortalecendo estas premissas, Freitas e Pavão (2012) discutem o currículo em uma abordagem compreensiva, na qual se considera o estudante e todas as

suas formas de interagir com o conhecimento articulada com o prescrito do currículo (conteúdos, disciplinas). Nesse sentido, o currículo precisa atentar para a preparação dos professores para atuar em diferentes realidades sociais, e também trazer os dizeres dos estudantes em formação (futuros Educadores Especiais) para as possíveis/necessárias mudanças curriculares,

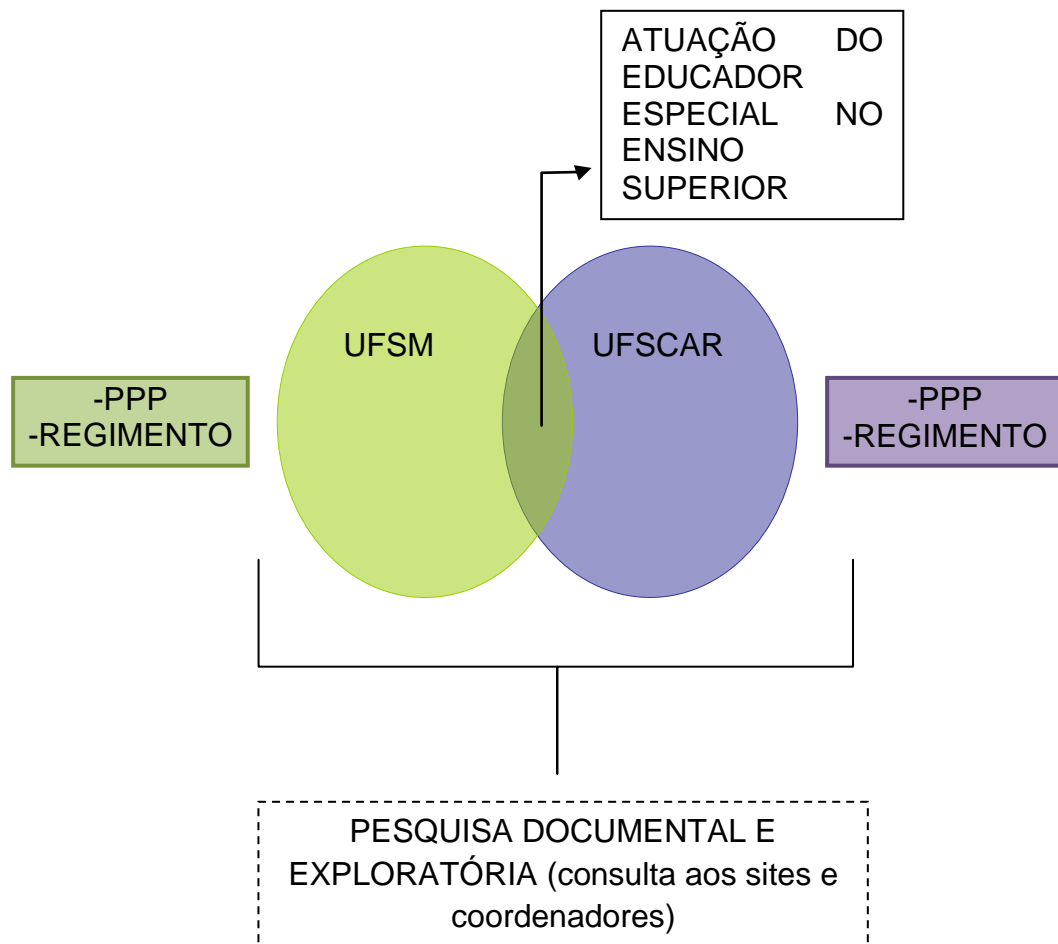
[...] muitos são os fatores que interferem na elaboração de uma proposta curricular, avaliar e considerar esses fatores inclui também uma abordagem compreensiva, ao se valer do sentido de que a compreensão da necessidade de articulação desses fatores pode promover uma cultura educacional inclusiva (FREITAS; PAVÃO, 2012, p. 283).

Para problematizar o currículo, pesquisa-se aqui o PPP dos cursos investigados, considerando que sua construção “vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas [...] ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo [...]” (VEIGA, 2010, p. 12-3).

Ao tratar de formação docente, é necessário reportar-se a disciplinas e conteúdos, nas quais são componentes curriculares e dominam saberes necessários no processo de formação, e que também se relacionam com as exigências sociais e políticas. Saviani (2010, p. 37) propõe que a “constituição, consolidação, alteração, desaparecimento” das disciplinas antecedem negociações, diálogos, o que certifica que o currículo é dinâmico e que é sim importante e conveniente fazer estas provocações para incitar as mudanças curriculares no processo formativo ofertado no curso de Educação Especial.

4 MÉTODO

Ilustração 1 - Diagrama representativo da Metodologia do Projeto de Pesquisa.



Fonte: Autores.

A partir de uma busca bibliográfica acerca da temática referente à pesquisa, delineou-se a organização e a disposição de todo o referencial teórico apresentado anteriormente, procurando responder as indagações da presente pesquisa.

Dessa forma, a pesquisa exploratória e documental, foi desenvolvida com abordagem qualitativa, o que exigiu do pesquisador a coleta de dados no campo e/ou com os participantes, utilização de diferentes concepções teóricas, “métodos de coleta, análise e interpretação” (CRESWELL, 2010, p. 206).

Os dados qualitativos exigem uma interpretação criteriosa “[...] com o investigador tipicamente envolvido em uma experiência sustentada e intensiva com os participantes” (CRESWELL, 2010, p. 211).

Assim, este estudo teve como propósito conhecer os impactos da implementação da PNEEPEI nos cursos de Educação Especial da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) nas três modalidades e na Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), direcionando o olhar para a atuação do Educador Especial no Ensino superior.

A pesquisa documental ocorreu por meio da busca do Projeto Político Pedagógico e Ementa dos cursos de Graduação em Educação Especial disponíveis de forma online, acessando o portal das Universidades, a fim de analisar as informações que possam contribuir com a investigação e análise (SEVERINO, 2007).

E ainda, caracterizou-se como exploratória, pois proporcionou “maiores informações sobre determinado assunto” (ANDRADE, 2009, p. 114). Pode-se afirmar então que com a pesquisa exploratória foi possível responder as inquietações propostas no início do texto, respondendo aos objetivos e as hipóteses.

4.1 LOCAL, POPULAÇÃO E PERÍODO

A presente pesquisa foi realizada na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) envolvendo o Centro de Educação, especificamente o curso de Licenciatura em Educação Especial Noturno, Diurno e Educação à Distância (EAD) e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) também envolvendo o curso de Licenciatura em Educação Especial.

Os participantes (sujeitos) deste estudo foram os coordenadores dos cursos de Licenciatura em Educação Especial Noturno, Diurno e EAD da UFSM.

Com a disponibilidade de informações e contato de e-mail no portal da UFSM, encaminhou-se, no primeiro momento, e-mail aos coordenadores dos cursos de graduação com uma explicação prévia da pesquisa, convite e solicitação de agendamento para a entrega pessoalmente do questionário e do TCLE.

Não houve retorno dos e-mails enviados para a coordenação da UFSCar, com isso, foram utilizadas para pesquisa apenas a parte documental referente ao

curso de Educação Especial da UFSCar. Para as demais coordenações, a pesquisadora foi até o local agendado, para entrega do questionário e TCLE, reagendando uma nova data para retirada do questionário.

Todos os participantes receberam o TCLE (APÊNDICE A), sem representar riscos de ordem física ou psíquica, e os benefícios estão relacionados à área da educação, no que tange a ampliação de pesquisas e discussões. Ao contatar com cada participante, a pesquisadora entregou o TCLE (APÊNDICE A), garantindo explicações sobre os propósitos da pesquisa, sanando dúvidas e comprometendo-lhe uma devolutiva dos resultados e efetivação de possíveis mudanças.

O período previsto para a coleta de dados foi o mês de julho, agosto, setembro de 2018.

4.2 TÉCNICA DE COLETA DE DADOS

Após receber a aprovação da banca examinadora do Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), foi realizada a coleta de dados com os sujeitos da pesquisa que retornaram o e-mail individual que foi encaminhado, com explicações da pesquisa e solicitando a participação voluntária.

Estando de acordo com os preceitos éticos, todos os participantes deram seu aceite em participar da pesquisa por meio da assinatura do TCLE (APÊNDICE A). Após a anuência dos participantes, foi entregue o questionário com questões abertas (APÊNDICE B) e agendado uma nova data e local para retirada do questionário respondido. Gil (2008, p. 122) pontua que o questionário,

[...] a) possibilita atingir grande número de pessoas, mesmo que estejam dispersas numa área geográfica muito extensa, já que o questionário pode ser enviado pelo correio; b) implica menores gastos com pessoal, posto que o questionário não exige o treinamento dos pesquisadores; c) garante o anonimato das respostas; d) permite que as pessoas o respondam no momento em que julgarem mais conveniente; e) não expõe os pesquisados à influência das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistado.

A coleta também contou com a busca e análise dos Projetos Políticos Pedagógicos e Ementas dos cursos disponibilizados no site. A pesquisa documental contribuirá significativamente para este trabalho em articulação com o referencial teórico em estudo.

4.3 QUESTÕES ÉTICAS

Este projeto de pesquisa, está vinculado ao Projeto Educação, Saúde e Inclusão 2. ed, registrado no Gabinete de Projetos-GAP sob número 039478, com parecer de aprovação do Comitê de ética. Assim, foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSM em 1º de setembro de 2016, com o número de registro Caae 58261816.1.0000.5346 e o Número do Parecer: 1.708.799. Desse modo, o projeto que ora apresenta-se foi registrado no Gabinete de Projetos-GAP da Instituição sob o número 049567 (ANEXO A).

4.4 MÉTODO DE ANÁLISE

Para análise dos dados coletados através do questionário foi utilizada a técnica de Análise do conteúdo que tem a categorização como elemento principal. Conforme Bardin (2011, p.147), a “categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero, com os critérios previamente definidos”. Assim, as informações serão organizadas de acordo com temas que emergem, agrupando por ideias comuns, conceitos ou mensagens, que irão sendo elaborado no cotidiano da pesquisa.

E para análise dos documentos dos cursos foi realizada a análise documental de Bardin (2011). A autora defende que a análise documental é “uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente do original, a fim de facilitar, num estado ulterior, a sua consulta e referência” (BARDIN, 2011, p. 51). Dessa forma, a análise documental permitiu perceber quais disciplinas estão sendo ofertadas pelos cursos de graduação ou que precisam ser ofertadas para atender o que diz a PNEEPEI (BRASIL, 2008) com relação à atuação do Educador Especial no Ensino Superior.

Assim, com as respostas dos questionários e análise documental foi possível estabelecer relação entre os fatos e respostas ao questionamento deste estudo.

Aos participantes, foi garantido o sigilo e o anonimato, tomando cuidados para a não manipulação dos dados. A participação foi livre e voluntária, sem nenhum prejuízo e penalidade. Na apresentação dos resultados, os participantes tiveram

seus nomes e cursos em sigilo, utilizando-se da seguinte denominação aos coordenadores: C1, C2 e C3. Retoma-se que não houve retorno da coordenação do curso de Licenciatura em Educação Especial da UFSCar.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Neste capítulo, serão apresentados e discutidos os resultados desta pesquisa. A exposição desses resultados, que tiveram como método a análise de conteúdo categorial e documental, será apresentada por meio das categorias, tendo como base os objetivos da pesquisa.

Assim, as categorias receberam as seguintes denominações: 1) Conhecendo os cursos de licenciatura em Educação Especial nas instituições pesquisadas; 2) A articulação das disciplinas dos cursos na conexão com a atuação do Educador Especial no Ensino Superior; 3) Considerações dos coordenadores dos cursos de Educação Especial da UFSM sobre o PPP; 4) O PPP contempla a legislação atual da Educação Especial?!

5.1 CONHECENDO OS CURSOS DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL NAS INSTITUIÇÕES PESQUISADAS

Aqui, se buscou os PPP e regimentos das Instituições, situando os cursos de Licenciatura em Educação Especial, por meio do acesso ao portal institucional da UFSM e da UFSCar, atendendo aos objetivos desta pesquisa.

Os quatro cursos investigados apresentam semelhanças e diferenças quanto ao objetivo do curso e as áreas de atuação (Tabela 2).

Tabela 2 – Objetivo geral e áreas de atuação nos quatro cursos investigados

(continua)

CURSOS E INSTITUIÇÕES	OBJETIVO GERAL	ÁREAS DE ATUAÇÃO
Licenciatura em Educação Especial Diurno – Código Nº 633	Formar professores para a Educação Especial em curso de Licenciatura, Graduação Plena, em nível superior, para atuar na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental nas diferentes Modalidades da Educação Especial.	Docência em classes especiais, escolas especiais e nos serviços de apoio pedagógico especializado para alunos que apresentem necessidades educacionais especiais nas etapas da Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, bem como nas

		demais modalidades de atendimento que permeiam essas etapas: salas de recursos, classes hospitalares; ambiente domiciliar; serviços de orientação pedagógica por meio de serviço itinerante; interpretação de linguagens e códigos, como por exemplo, a Língua Brasileira de Sinais.
Licenciatura em Educação Especial Noturno – Código N° 637	Promover a formação do Educador Especial, para planejar, executar, avaliar e refletir pela prática da pesquisa o atendimento complementar de educação especializada para alunos que apresentam deficiência visual, surdo/cego, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação e deficiência mental, sendo essas consideradas limitadoras de seu processo de aprendizagem em sistemas comuns/ regulares.	Docência nos serviços especializados e de apoio pedagógico; em classes comuns da Educação Infantil, Educação Básica, Educação Profissionalizante e Educação e Jovens e adultos, numa perceptiva de docência; Docência em classes de recursos ou multifuncionais; em classes especiais e instituições especializadas; em classes hospitalares; gestão, planejamento e orientação pedagógica em serviços de itinerância; Docência na modalidade de ensino domiciliar; Assessoria e orientação a instituições privadas e públicas, das empresas e especificamente da família.
Licenciatura em Educação Especial EAD – Código N° 639	Formar professores para atuar na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental nas diferentes modalidades da Educação Especial, utilizando as tecnologias de comunicação e informação em diferentes ambientes educacionais.	Docência em salas de recursos multifuncionais, instituições especializadas e escolas de surdos, que atendam alunos com deficiência mental e surdez nas etapas da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Docência nos serviços especializados e de apoio pedagógico colaborando com os professores da classe regular, promovendo a inclusão dos alunos da Educação Especial nas

		<p>etapas da Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, bem como nas demais modalidades de atendimento que permeiam essas etapas: - em classes hospitalares; em ambiente domiciliar, Gestão, planejamento e orientação pedagógica em serviços de itinerância. Educação de jovens e adultos. Assessoria e orientação a instituições privadas e públicas, das empresas e especificamente da família.</p>
<p>Licenciatura em Educação Especial (UFSCar) – Código N° 115102</p>	<p>Oportunizar formação de professores com competências técnicas, políticas e éticas para o ensino de educandos pertencentes ao Público Alvo da Educação Especial (PAEE), reiterando os princípios contidos nas atuais políticas educacionais; como também, os defendidos pela UFSCar. Com as especificidades da área de Educação Especial, para atuar no ensino regular comum, e no especializado, em seus diferentes níveis, realizando atividades de docência, gestão e consultoria especializada, na área, para prover o Atendimento Educacional Especializado de qualidade previsto na legislação brasileira como direito dos estudantes PAEE.</p>	<p>Docência nos serviços de apoio pedagógico especializado, nas escolas de ensino regular, oferecidos na sala de recursos ou salas de recursos multifuncionais ou classes especiais, ao PAEE, de forma transversal nos diferentes níveis de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Superior, Ensino Profissionalizante e na modalidade da Educação de Jovens e Adultos. Em serviços de apoio pedagógico especializado, nas escolas de ensino regular, em parceria com os professores da classe comum, sob a forma de ensino colaborativo e orientações pedagógicas; tendo como foco o PAEE. Na docência em instituições de ensino especial junto ao PAEE. Junto a equipes de ensino comum e/ou especial, no que se refere às secretarias e diretorias de ensino e instituições especializadas, em serviços de consultoria colaborativa; ou ainda de gestão escolar na área. Em serviços de</p>

		<p>apoio pedagógico especializado, ofertados em classes hospitalares, de ensino itinerante ou nos serviços de ensino domiciliar. Em serviços especializados de interpretação de linguagens e códigos, tais como as que envolvem a Libras, o sistema Braille ou outros sistemas de comunicação alternativa aumentativa, utilizados pelo PAEE.</p>
--	--	--

Fonte: Autores, grifo nosso.

É possível perceber (Tabela 2) que a Educação Infantil e a Educação Básica e seus diferentes atendimentos, são as principais áreas de atuação do Educador Especial nos quatro cursos de formação inicial em Educação Especial. Dentre suas diferenças, evidencia-se que a atuação do Educador Especial no Ensino Superior foi localizada apenas no curso ofertado pela UFSCar. Como aproximação, pode-se destacar o Ensino Profissionalizante, presente no curso da UFSCar e no curso de Licenciatura em Educação Especial Noturno da UFSM.

Com a leitura e análise dos PPP's dos cursos pode-se destacar a menção da PNEEPEI (BRASIL, 2008) nos cursos de Educação Especial, o que é valioso, por considerar o PPP um documento norteador das práticas pedagógicas, das ações dos gestores para que se cumpram o que foi planejado e sistematizado. Sendo assim, é fundamental que o PPP seja organizado de forma comprometida com a qualidade de toda a instituição. A sua organização faz com que a instituição projete seus princípios, suas diretrizes, seus objetivos dentro do contexto que ocupa, "projetar como ação humana significa "[...] lançar para adiante e, a partir do que temos, buscar o possível. É antever um futuro diferente do presente e do passado" (VEIGA; ARAÚJO, 2007, p. 29).

Neste viés, os quatro cursos mencionam estar em consonância com a PNEEPEI (BRASIL, 2008), ao pensarem seus objetivos, princípios, perfil profissional, porém percebe-se que apenas a UFSCar registra o Ensino Superior como campo de atuação.

Em relação, especificamente a formação do Educador Especial para atuar no Ensino Superior, o PPP do curso de Licenciatura em Educação Especial Noturno registra que a Educação Especial,

[...] como as demais modalidades de ensino, poderá ocorrer na Educação Infantil, no Ensino Fundamental, Ensino Médio e **Superior**. Daí a necessidade de um curso que busque **proporcionar a formação do Educador Especial para dar o sentido** de complementaridade ao processo de ensino e de aprendizagem de pessoas deficientes (UFSM, 2009, p. 6, grifo nosso).

Há, portanto, relevância em conhecer os impactos da PNEEPEI (BRASIL, 2008) na formação inicial, assim como as disciplinas que estão sendo ofertadas ou que precisam ofertar para esta formação, pois percebe-se a priorização da Educação Infantil e Ensino Fundamental como campos de atuação, do que o Ensino Superior (Tabela 2).

Os PPP's dos quatro cursos são muito próximos (Tabela 2), almejam formar um profissional capacitado para atender diferentes públicos em diferentes espaços, e acreditam que a formação inicial em Educação Especial é essencial para que haja uma atuação competente e comprometida com a educação e sociedade. Por também acredita-se nisso, é que se defende a necessidade de orientar o currículo dos cursos pelos ideários da Educação Especial, como uma modalidade transversal de ensino, que concebe o Ensino Superior como um nível de ensino que recebe o ingresso de estudantes público-alvo da Educação Especial, assim como, constitui-se um campo de atuação do Educador Especial.

Então, o processo formativo ofertado pelos cursos de Licenciatura em Educação Especial precisa estar permeado pelos princípios da PNEEPEI (BRASIL 2008), que vai ao encontro dos dizeres de Veiga; Araújo quando afirmam que “[...] o projeto político pedagógico deve se configurar como uma expressão de direitos humanos [...] e não necessariamente uma perspectiva programática [...]” (2007, p. 11).

Seguindo, com a leitura dos PPP's, é interessante ressaltar o que dizem sobre o Estágio Curricular, na interface com a atuação no Ensino Superior.

No curso de Licenciatura em Educação Especial Diurno da UFSM, o Estágio Curricular irá ocorrer em: escolas especiais públicas e privadas, classes especiais de escolas públicas e privadas; escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental

com proposta de inclusão e com salas de recursos multifuncionais e classes e serviços itinerantes. Estes campos deverão pertencer à rede Estadual, Municipal ou Particular de ensino (UFMS, 2008).

Na mesma forma, o Estágio Curricular no curso de Educação Especial à distância, poderá ocorrer em escolas especiais públicas e privadas, Centros de Atendimento Especializado em Educação Especial, salas especiais de escolas públicas e privadas, escolas públicas e privadas com sala de apoio pedagógico especializado (sala de recursos/apoio/multifuncionais), classe hospitalar e serviço itinerante e domiciliar (UFMS, 2017).

No PPP do curso de Licenciatura em Educação Especial Noturno da UFMS, o Estágio Curricular é uma disciplina prática que possibilita “[...] aos acadêmicos a intervenção em espaços educativos **previstos como área de atuação**” (UFMS, 2009, p. 5, grifo nosso). Então, retomando a tabela 2, vê-se que o Ensino Superior não está presente como área de atuação nos Cursos de Educação Especial, portanto, não contempla o Estágio Curricular.

De acordo com o PPP do curso de Licenciatura em Educação Especial da UFSCar, o Estágio Curricular visa “[...] à integração entre conhecimento práticos e teóricos que complementam a formação acadêmica do estudante. Tais atividades poderão ser realizadas em instituições públicas e /ou privadas de ensino” (UFSCar, 2012, p. 125). Os acadêmicos poderão fazer o estágio na Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA), desde que tenham alunos público-alvo da Educação Especial.

Embora se tenha identificado o curso na UFSCar como o único que mencionou a atuação do Educador Especial no Ensino Superior, percebe-se que não é considerado para o Estágio Curricular.

Nota-se a presença de diversas citações referente a PNEEPEI (BRASIL, 2008) no PPP dos quatro cursos, no sentido de que os cursos seguem as orientações da política, quanto objetivos, justificativa, público-alvo, ações pedagógicas, porém, com a análise ficou evidente que há uma lacuna quando se olha para a atuação no Ensino Superior.

5.1.1 A articulação das disciplinas dos cursos na conexão com a atuação do Educador Especial no Ensino Superior

Considera-se que o PPP é um documento potente, na qual reflete as intenções, os objetivos e as pretensões da instituição, dos cursos. Sendo um documento tão importante, defende-se a articulação do PPP com as mudanças ocorridas no cenário social e político, pode-se mencionar o grande número de estudantes público-alvo da Educação Especial presentes em todas as esferas, e a consideração do direito à educação ao longo de toda a vida (BRASIL, 2018).

Essas questões, se pautadas no PPP dos cursos possibilitam ver projeto e formação aproximados, “[...] ou seja: em vistas de algo que se lança para a frente, que irá nortear o processo, a formação se apresenta como a construção que busca caracterizar o que foi projetado” (VEIGA; ARAÚJO, 2007, p. 14).

Isto posto, dá-se a necessidade de refletir e considerar o PPP como o guia orientador do professor formador dos cursos de licenciatura em Educação Especial, e também, como o indicador de possíveis mudanças. A construção e (re) construção do PPP implica pensar as disciplinas ofertadas que componham a necessária capacitação profissional.

A análise das matrizes curriculares disponibilizadas nos sites das instituições possibilitou a seleção de algumas disciplinas que promovem discussões teóricas e contato dos estudantes do curso de Educação Especial com o campo de atuação Ensino Superior. As disciplinas selecionadas e organizadas foram analisadas a partir do ementário proposto pelo curso (Tabela 3).

Tabela 3 – Disciplinas selecionadas e seus objetivos

(continua)

CURSOS	CÓDIGO E DISCIPLINA	C.H	OBJETIVOS
Licenciatura em Educação Especial Diurno UFSM	CEE1010- Avaliação institucional da universidade: pilar da regulação e da emancipação.	45	A discussão de aspectos político-pedagógicos da avaliação das universidades na ótica de suas relações com o micro, o meso e o macro-entorno institucionais.
	CEE1011- Democracia e avaliação na universidade.	45	Estudar princípios de democracia forte e avaliação participativa. Derivar referentes de democracia

			forte e participação para análise de casos práticos. Analisar a avaliação institucional em espaços contraditórios tais como: instituições de Educação Superior, ONGs e outros.
Licenciatura em Educação Especial Noturno UFSM	FUE1074 - Inclusão: problematizando o acesso, a permanência, a promoção e a conclusão do Ensino Superior.	30	Conhecer a legislação, as políticas e os pressupostos teóricos vigentes que garantem a inserção das pessoas com deficiências, necessidades educacionais especiais no Ensino Superior e à Educação Superior, tanto em nível macro sistêmica, como micro sistêmico, problematizando questões não contempladas por tais documentos.

Fonte: Autores.

Diante da apresentação da tabela 3, percebe-se a carência de disciplinas para qualificar a formação dos Educadores Especiais para atuar no Ensino Superior. Dos quatro cursos, apenas dois ofertam disciplinas que abrangem o Ensino Superior ou Universidade.

No curso de licenciatura em Educação Especial diurno da UFSM foram encontradas duas disciplinas que abordam o Ensino Superior (Tabela 3), porém o curso não contempla na ementa da disciplina aspectos referentes à atuação do Educador Especial no Ensino Superior, e sim, aspectos de avaliação institucional, avaliação e participação na universidade, mudanças e reformas nas instituições através da avaliação.

Já no curso de licenciatura em Educação Especial Noturno da UFSM, a disciplina FUE1074 - Inclusão: problematizando o acesso, a permanência, a promoção e a conclusão do Ensino Superior, propõe estudos e leituras sobre a história da inclusão no Ensino Superior; a legislação do Ensino Superior e o

processo de inclusão; aspectos pedagógicos do processo de inclusão no ensino superior; inclusão no ensino superior: algumas vivências (UFSM, 2009).

Constata-se que o curso noturno oferta uma disciplina que vai ao encontro do que preconiza a PNEEPEI (BRASIL, 2008). Com a leitura da ementa destaca-se que esta disciplina contribui para as discussões em torno do acesso e acessibilidade e adaptações curriculares no nível do Ensino Superior, assim como, as políticas afirmativas e os documentos da UFSM.

Interessante relembrar que o Ensino Superior não é considerado como campo de atuação do Educador Especial, e apareceu apenas no curso ofertado pela UFSCar (tabela 2).

Diante do exposto, é possível compreender que o Ensino Superior, como campo de atuação, não está contemplado especificamente nos cursos de formação inicial em Educação Especial. Reitera-se que não é possível afirmar que os cursos não considerem o campo do Ensino Superior, mas que neste momento há precariedade nos aspectos formativos para esta atuação, ao mesmo tempo em que os cursos em Educação Especial podem incluir no PPP, por ser um documento dinâmico.

5.2 CONSIDERAÇÕES DOS COORDENADORES DOS CURSOS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DA UFSM SOBRE O PPP

A importância da análise dos PPP's dos cursos consiste na possibilidade de aproximar os dizeres dos escritos nos documentos e os dizeres falados pelos coordenadores. O PPP como um documento base dos cursos, precisa articular-se com as necessidades de formação dos futuros profissionais, e acompanhar as orientações das Políticas Educacionais, para que possa, também, desenvolver o ensino-aprendizagem condizente com a realidade atual.

Quanto o questionamento sobre o conhecimento que a coordenação tem em relação à atuação do Educador Especial no Ensino Superior, a partir da PNEEPEI (BRASIL, 2008), os coordenadores C2 e C3 se posicionaram de forma articulada com os escritos no PPP do curso, de que a formação em Educação Especial na UFSM olha para a Educação Básica, e não para o Ensino Superior:

A PNEEPEI não versa de forma mais aprofundada sobre a atuação do

Educador Especial no Ensino Superior, apesar de afirmar a transversalidade da modalidade de Educação Especial, da Educação Infantil ao Ensino Superior (C2).

O suficiente para constatar que nossa Política não há referência ao Educador Especial como a/o concebemos (C3).

Além disso, houve menção da atuação do Educador Especial no Ensino Superior frente às ações de planejamento e acessibilidade, conforme C1:

No Ensino Superior a Educação Especial atua na organização e planejamento de ações que favoreçam a permanência dos estudantes público-alvo da EE, visando a efetiva aprendizagem e formação de qualidade (C1).

Embora C1 tenha mencionado alguns aspectos da atuação do Educador Especial no Ensino Superior, o curso não apresenta no PPP aspectos que se relacionem com os dizeres, tão pouco, disciplinas que contribuam para formação dos acadêmicos e futuros Educadores Especiais.

O PPP é um instrumento que implica mudanças e reflexões sobre objetivos, ações pedagógicas a serem implementadas no curso, em prol de mudanças significativas para a formação dos estudantes, e as pesquisas tornam-se potentes para despertar estas mudanças. Veiga (2010, p. 13) menciona que o

[...] projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade.

Embora tenha sido mencionado o termo escola, sabe-se que o PPP é um documento orientador em todas as instituições escolares (escolas e universidades), então, considera-se os dizeres de Veiga (2010) essenciais para reconhecer que o político é indissociável do pedagógico, pois se trata de um documento articulado com as mudanças históricas, políticas e culturais da sociedade.

Como cursos de formação inicial em Educação Especial, estes precisam atentar-se para a potência do projeto, e refletir sobre os princípios políticos e pedagógicos explícitos nos documentos dos seus cursos.

Tendo a defesa da atuação do Educador Especial no Ensino Superior, evidenciou-se que os coordenadores consideram fundamental a presença do Educador Especial em todos os níveis de ensino. Nesse sentido C1, C2 e C3 fortalecem estas premissas, afirmando que,

Como professora de alunos com deficiência acho de suma importância a atuação da Educação Especial no Ensino Superior, porém como coordenadora de um curso de licenciatura acredito que os egressos precisam aprofundar seus conhecimentos, pós-graduação, para atuar neste nível de ensino. Os profissionais da Educação Especial poderiam atuar na organização e planejamento de ações que contemplem a efetiva aprendizagem dos estudantes, também, na orientação e apoio aos professores desses alunos (C1).

A atuação desse profissional no Ensino Superior é imprescindível, especialmente se considerarmos o aumento do número de acadêmicos com deficiência, autismo ou altas habilidades/superdotação na Universidade e os desafios da inclusão (C2).

Tanto como na Educação Básica, com mais ênfase no acesso, acessibilidade e permanência de alunos nesse nível de ensino (C3).

As falas apresentadas reforçam o entendimento de que a presença do Educador Especial no Ensino Superior é essencial, por contribuir na trajetória acadêmica dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Também, o C1 sinalizou a formação continuada como espaço para a aquisição de conhecimentos sobre a atuação do Educador Especial no Ensino Superior.

Percebe-se que é preciso que haja reflexões sobre o que orienta a PNEPEI (BRASIL, 2008) e o que se almeja no PPP dos cursos de licenciatura em Educação Especial, e como alcançar os princípios de formação desejados para a atuação qualificada em todos os níveis de ensino.

Quando se fala em questões de objetivos, campos de atuação, diretamente fala-se em currículo, este refere-se a organização dos conhecimentos. “O currículo não pode ser separado do contexto social, uma vez que ele é historicamente situado e culturalmente determinado (VEIGA, 2010, p. 27)”, e o tempo atual tem mostrado o grande número de ingressos de estudantes público-alvo no Ensino Superior e a necessidade de haver profissionais qualificados para o atende-los.

5.3 O PPP CONTEMPLA A LEGISLAÇÃO ATUAL DA EDUCAÇÃO ESPECIAL?!

A análise mostrou que foi unânime o posicionamento dos coordenadores de que a PNEEPEI (BRASIL, 2008) não sinaliza a atuação do Educador Especial no Ensino Superior, tão quanto, os cursos:

O curso de Educação Especial, por ser licenciatura, possui ênfase na atuação no Ensino Fundamental (C1).

*Por meio das **discussões teóricas** e sobre a legislação, dos **estágios supervisionados** e **extracurriculares** e dos **projetos de ensino, pesquisa e extensão** (C2).*

A matriz curricular foi construída num processo que se inicia na primeira oferta do curso em 2005 e vem sendo reformulada consoante avaliação de alunos e professores ao longo desse tempo (C3).

Estes dizeres revelam que o PPP é um documento organizador da formação inicial nos cursos investigados, e que sua organização envolve um processo de reflexão, ou seja, não é estático. É o projeto que irá articular as disciplinas dos cursos na conexão com a atuação do Educador Especial no Ensino Superior. De acordo com Vasconcellos (2007, p. 28) “o ponto de partida do projeto é um desejo de mudança, de aperfeiçoamento, querer algo melhor. Estamos, pois, partindo deste pressuposto (daí a importância do trabalho de sensibilização e provocação do desejo): querer transformar a realidade”.

Embora o curso seja de licenciatura, não se pode ignorar que a PNEEPEI (BRASIL, 2008), prevê a Educação Especial como modalidade transversal de ensino, e, o PPP, sendo dinâmico, permite ações de mudanças, o que permite associar com a fala de C2, quando frisa as discussões teóricas, que remetem a reflexões, tão importantes para o desejo de mudanças.

Quando questionados sobre como o curso de Educação Especial contempla na formação inicial a atuação do Educador Especial no Ensino Superior, ficou explícito que, por ser curso de licenciatura, o PPP não contempla na formação inicial a atuação no Ensino Superior.

O curso de licenciatura em Educação Especial, por ser licenciatura, não contempla a atuação dos seus egressos no Ensino Superior (C1).

No momento, através de algumas discussões nas disciplinas. No entanto, o NDE do curso propôs a inserção de uma disciplina específica no novo currículo (C2).

Especificamente não contempla. O objetivo é formar professores para a Educação Básica: Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Porém, tal deverá ser retomada pelo NDE tendo em vista a demanda dos alunos surdos presentes no Ensino Superior (C3).

Os discursos salientam novamente que não há aspectos formativos referentes à atuação do Educador Especial no Ensino Superior, reforçando o argumento de que é um curso de licenciatura.

Importante considerar, a partir destes apontamentos alguns indícios de ações transformadoras, que, talvez, tenha surgido de necessidades enfrentadas nos cursos, ou mencionadas pelos próprios acadêmicos e que provocaram o desejo de mudança no PPP. Contribuindo com estas reflexões, Vasconcellos (2007, p. 29), explica que,

A ação transformadora é aquela que supre alguma necessidade radical do grupo e/ou da instituição; daí o esforço para se conhecer bem quais as necessidades da instituição que planeja. Para saber o que fazer, precisamos, então, localizar as necessidades.

Os dizeres de C2 e C3 possibilitam entender que já se iniciou um processo de sensibilização nos cursos frente à defesa de disciplinas voltadas para a atuação do Educador Especial no Ensino Superior.

Considerando a proposta da inclusão em todos os níveis de ensino, pensa-se que os cursos de formação inicial em Educação Especial precisam adequar-se às mudanças e orientações preconizadas pela PNEEPEI (BRASIL, 2008). E, quem sabe, uma possibilidade de realização do estágio curricular neste nível de ensino.

CONCLUSÃO

A pesquisa desenvolvida neste Trabalho de Conclusão de Curso possibilitou ampliar o conhecimento a cerca da formação inicial em Educação Especial, ofertada pelas universidades investigadas, voltadas para a atuação do Educador Especial no Ensino Superior.

O desenvolvimento da pesquisa foi sendo discutido no decorrer das seções apresentadas, contextualizadas a partir do referencial teórico e problematizadas nos resultados, por meio das categorias.

A pesquisa mostrou que a formação inicial representa muito mais do que a mera organização de disciplinas no PPP, mas que precisa haver reflexões sobre a PNEEPEI (BRASIL, 2008) e assim, caminhar junto com as mudanças sociais que estão ocorrendo: o grande número de ingresso de estudantes público-alvo da Educação Especial no Ensino Superior, e a necessidade de profissionais qualificados para atendê-los.

O objetivo de conhecer os impactos da implementação da PNEEPEI nos cursos de Educação Especial da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) nas três modalidades e na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), direcionando o olhar para a atuação do Educador Especial no Ensino superior, nos permite evidenciar a necessidade dos cursos de Licenciatura em Educação Especial oferecerem uma formação que contemple o que diz a PNEEPEI (BRASIL, 2008) e a realidade em que o Educador Especial irá atuar.

A partir da verificação do PPP e ementa dos cursos de Educação Especial se afirma que apenas no curso de licenciatura em Educação Especial Noturno foi localizada uma disciplina que promove discussões teóricas e contato dos estudantes do curso de Educação Especial com o campo de atuação Ensino Superior.

Considerando as orientações políticas sobre a transversalidade da Educação Especial, é possível comprovar em todos os PPP analisados, a urgência de projetos de formação de Educadores Especiais que tenham o Ensino Superior como um campo de atuação, apresentando componentes formativos para qualificar a formação dos Educadores Especiais para atuar no Ensino Superior.

Com o olhar ampliado para o Ensino Superior, os futuros Educadores Especiais serão capazes de realizar o planejamento de ações que favoreçam a

aprendizagem e conclusão dos cursos, tão enfatizado pelos coordenadores participantes desta pesquisa.

Portanto, se acredita que, com a divulgação dos resultados, esta pesquisa pode contribuir para incitar reflexões transformadoras da proposta política e pedagógica dos cursos de licenciatura em Educação Especial das universidades, por reconhecer a Universidade como espaço para formação inicial e continuada do profissional, que devem acompanhar as mudanças políticas, culturais e sociais em que os profissionais irão atuar. Com isso, o Educador Especial terá maior segurança e qualificação para o enfrentamento das realidades em todos os níveis de ensino.

O Ensino Superior compõe o campo de ingresso de estudantes e atuação do Educador Especial, portanto, assegurar a formação específica daqueles que atuam no Ensino Superior faz parte da defesa desta pesquisa.

Conclui-se que se faz necessário fortalecer o processo de reflexões sobre as estruturas curriculares nos cursos de Licenciatura em Educação Especial, considerando as necessidades formativas para a atuação do Educador Especial no Ensino Superior, para que, além de haver o ingresso de estudantes público-alvo nas universidades, possa haver também o reconhecimento da importância do profissional formado nos espaços das universidades para o desenvolvimento do AEE e planejamento de ações que favoreçam a aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ANACHE, Alexandra A.; ROVETTO, Sabrina S. M.; OLIVEIRA, Regiane A. Desafios da implantação do atendimento educacional especializado no Ensino Superior. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 27, n. 49, p. 299-312, maio/ago. 2014. Disponível em: < <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/9037/pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

ANDRADE, Maria M. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**: elaboração de trabalhos na graduação. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. 279 p.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da educação inclusiva**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. **Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial**. MEC/CNE/CEB, Brasília, DF, 2 de out. 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.

BRASIL. **A consolidação da Inclusão Escolar no Brasil**. MEC/SECADI/DPEE: Brasília, 2016a. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/a-consolidacao-da-inclusao-escolar-no-brasil-2003-a-2016.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2018.

BRASIL. Lei n. 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos Técnico de Nível Médio e Superior das Instituições Federais de Ensino. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 dez. 2016b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13409.htm>. Acesso em: 05 maio 2018.

BRASIL. Lei nº 13.632, de 6 de Março de 2018. Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para dispor sobre educação e aprendizagem ao longo da vida. **Diário Oficial da União**, Brasília: DF, 6 mar. 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13632.htm>. Acesso em: 05 maio 2018.

CIANTELLI, A. P. C.; LEITE, L. P. Ações Exercidas pelos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais Brasileiras. **Rev. Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 22, n. 3, p. 413-428, Jul/Set. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbee/v22n3/1413-6538-rbee-22-03-0413.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 296 p.

FERNANDES, Ana Claudia Rodrigues; OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos Lopes de; ALMEIDA, Leandro da Silva. Inclusão de estudantes com deficiências na universidade: Estudo em uma universidade portuguesa. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 483-492, set/dez. 2016. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/pee/v20n3/2175-3539-pee-20-03-00483.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

FERREIRA, Norma S. de A. As pesquisas denominadas "estado da arte". **Educação & Sociedade**, Campinas, n. 79, p. 257-272, ago., 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

FREITAS, Soraia N. Sob a ótica da diversidade e da inclusão: discutindo a prática educativa com alunos com necessidades educacionais especiais e a formação docente. In: FREITAS, Soraia N. (Org.). **Tendências Contemporâneas de Inclusão**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2008, p. 19-30.

FREITAS, Soraia N.; PAVÃO, Sílvia M.O. Professor da educação inclusiva: reflexões a partir de uma abordagem curricular compreensiva. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 25, n. 43, p. 277-290, maio/ago. 2012. Disponível em: < <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5223/3820>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200 p.

GOODSON, Ivor F. **Currículo: Teoria e história**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

JESUS, Denise M.; ALVES, Edson P. Serviços Educacionais Especializados: desafios à formação inicial e continuada. In: CAIADO, Katia R. M.; JESUS, Denise M.; BAPTISTA, Claudio R. (Orgs.). **Professores e Educação Especial: formação em foco**. Porto Alegre: Mediação, 2011. p.17-28

MARQUES, Lígia da S.; GOMES, Cláudia. Concordâncias/discordâncias acerca do processo inclusivo no Ensino Superior: um estudo exploratório. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 27, n. 49, p. 313-326, maio/ago. 2014. Disponível em: < <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/8842/pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

MELO, Francisco R. Lins. Vieira; ARAÚJO, Eliana Rodrigues. Núcleos de Acessibilidade nas Universidades: reflexões a partir de uma experiência institucional. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v.22, n.spe, p. 57-66. 2018. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/pee/v22nspe/2175-3539-pee-22-spe-57.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

PIMENTA, Selma G.; ANASTASIOU, Léa das G. **Docência no Ensino Superior**. São Paulo: Cortez, 2002. 279 p.

PLETSCH, Márcia Denise; MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de. Estrutura e funcionamento dos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais da região Sudeste. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v.12, n.3, p. 1610-1627, jul./set. 2017. Disponível em: <

<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/10354/6733>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

SAVIANI, Nereide. **Saber Escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico**. 6. ed. rev. São Paulo: Autores Associados, 2010. 198 p.

SILVA, Ani Martins; CYMROT, Raquel; D'ANTINO, Maria Eloisa Famá. Demandas de docentes do ensino superior para a formação de alunos com deficiência. **Rev. Bras. Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 93, n. 235, p. 667-697, set./dez. 2012. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v93n235/08.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Projeto Político Pedagógico do curso de Licenciatura em Educação Especial**. São Carlos: UFSCAR, 2012. Disponível em: < <http://www.prograd.ufscar.br/cursos/cursos-oferecidos-1/educacao-especial/educacao-especial-projeto-pedagogico.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Projeto Político Pedagógico do curso de Educação Especial**. Santa Maria: UFSM, 2008. Disponível em: < <https://portal.ufsm.br/ementario/curso.html?idCurso=974>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Especial – Noturno**. Santa Maria: UFSM, 2009. Disponível em: < <https://portal.ufsm.br/ementario/curso.html?idCurso=1188>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Projeto Político Pedagógico do curso Educação Especial – licenciatura (à distância)**. Santa Maria: UFSM, 2017. Disponível em: < https://nte.ufsm.br/images/identidade_visual/PPCEducaoEspecial.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2018.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. 8. ed. São Paulo: Libertad Editora, 2007. 213 p.

VEIGA, I. P. A., ARAUJO, José C. S. O Projeto Político-Pedagógico: Um guia para a formação Humana. In: VEIGA, I. P. A. (Org.). **Quem sabe faz a hora de construir o projeto político-pedagógico**. São Paulo: Papirus, 2007. cap. 1, p. 11-38.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível**. 28 ed. Campinas, SP: Papirus, 2010. 192 p.

APÊNDICE

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Universidade Federal de Santa Maria
 Departamento de Fundamentos da Educação- FUE
 Curso de licenciatura em Educação Especial Noturno
 Pesquisador Responsável: Dr^a. Sílvia Maria de Oliveira Pavão
 Contato: silviamariapavao@gmail.com. Fone: 55- 3220 8023, Avenida Roraima, 1000, prédio 16, sala 3155, Camobi, CEP: 97105-970 Santa Maria – RS.

Título do estudo: A atuação do Educador Especial no Ensino Superior: reflexões sobre a formação inicial.

Pesquisador responsável: Sílvia Maria de Oliveira Pavão.

Instituição/Departamento: Universidade Federal de Santa Maria/ Fundamentos da Educação (FUE).

Telefone e endereço postal completo: (55) 3220-8023. Avenida Roraima, 1000, prédio 6, sala 1116, 97105-970 - Santa Maria - RS.

Local da coleta de dados: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Eu Mariane Carloto da Silva, responsável pela pesquisa A atuação do Educador Especial no Ensino Superior: reflexões sobre a formação inicial, o convidamos a participar como voluntário deste nosso estudo.

Prezado (a) Senhor (a):

Você está sendo convidado (a) a responder às perguntas deste questionário de forma totalmente voluntária. Antes de concordar em participar desta pesquisa e responder este questionário, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. Os pesquisadores deverão responder todas as suas dúvidas antes que você se decidir a participar. Você tem o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade e sem perder os benefícios aos quais tenha direito.

Esta pesquisa *pretende* Conhecer os impactos da implementação da Política Nacional de Educação Especial nos cursos de Educação Especial da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e na Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), direcionando o olhar para a atuação do Educador Especial no Ensino superior; Verificar no Projeto Político Pedagógico (PPP) e Ementa dos cursos de Educação Especial quais disciplinas estão sendo ofertadas ou que precisam ofertar para atender o que diz a Política nacional de Educação Especial com relação à atuação do Educador Especial no Ensino Superior; Identificar as disciplinas que promovem discussões teóricas e contato dos estudantes do curso de Educação Especial com o campo de atuação Ensino Superior; Refletir sobre a proposta de formação inicial prevista no PPP e Ementa dos cursos com relação à atuação do Educador Especial no Ensino Superior e Analisar quais componentes formativos

estão sendo ofertados para qualificar a formação dos Educadores Especiais para atuar no Ensino Superior.

Acreditamos que a pesquisa seja importante porque o acesso dos estudantes público-alvo da Educação Especial ao Ensino Superior está sendo gradativamente ampliado, afirmando e concretizando o direito de todos ao ensino, à profissionalização, à qualificação para o trabalho e aos debates referentes à Educação Especial. Há registros Federais (Censo) que comprovam o aumento contínuo de ingresso de estudantes público-alvo da Educação Especial na Universidade. Com isso, reconhece-se a importância da presença e atuação do Educador Especial, como profissional possuidor de formação e saberes teóricos e práticos em relação aos estudantes público-alvo que estão incluídos no Ensino Superior.

Para realização da pesquisa será feito o seguinte: A pesquisa será realizada com os coordenadores dos cursos de Licenciatura em Educação Especial nas suas modalidades (diurno, noturno e EAD) da Universidade Federal de Santa Maria e São Carlos, desde que aceitem em participar deste estudo. Para coleta de dados será realizada buscas e leituras do Projeto Político Pedagógico e Ementa dos cursos de Licenciatura em Educação Especial disponíveis de forma online, acessando o portal das Universidades, a fim de analisar as informações que possam contribuir com a investigação e um questionário com questões abertas pelo Google Drive aos coordenadores dos cursos. Com os dados coletados será realizada uma análise que possibilitará chegar às conclusões do estudo e elaborar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Os resultados serão expostos aos participantes da pesquisa por meio de um documento. Sua participação constará de responder o questionário de questões abertas que durará aproximadamente 30 minutos, bem como utilizaremos seu trabalho final como parte do objeto de pesquisa.

A manutenção dos dados da pesquisa será em arquivo digital sob guarda do pesquisador responsável por um período de 5 anos após o término da pesquisa.

É possível que aconteçam os seguintes *desconfortos ou riscos*, como: achar que determinadas perguntas incomodam a você, porque as informações que coletamos são sobre suas experiências pessoais. Assim você pode escolher não responder quaisquer perguntas que o façam sentir-se incomodado. Estima-se que os riscos projetados para os participantes da pesquisa, podem estar relacionados a algum constrangimento que por ventura ocorra com a pergunta realizada. Assim salienta-se que a pesquisadora estará atenta a estas possibilidades buscando sanar quaisquer dúvidas e contornar as situações que poderão surgir, com argumentos fundamentados nas teorias estudadas ao longo do estudo.

Os *benefícios* que esperamos com o estudo são: a contribuição para a área de educação, no que tange a reflexões acerca da formação inicial do Educador Especial e a ampliação da atuação do Educador Especial em todos os níveis de ensino, especificamente no Ensino Superior, mas não será, necessariamente, para seu benefício direto. Os benefícios dos participantes em geral em participar da pesquisa estão relacionados a ampliação de pesquisas e discussões sobre a formação ofertada nos cursos de Educação Especial das duas Universidades Federais e possibilitará a reformulação da matriz curricular dos cursos para garantir

uma formação de qualidade e condizente com o que preconiza a Política.

Para casos de tratamento de saúde: É importante esclarecer que, caso você decida não participar, existem estes outros tipos de tratamento, ou diagnóstico, indicados para o seu caso, procedimento alternativo.

Durante todo o período da pesquisa você terá a possibilidade de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento. Para isso, entre em contato com algum dos pesquisadores ou com o Comitê de Ética em Pesquisa.

Em caso de algum problema relacionado com a pesquisa, você terá direito à *assistência* gratuita que será prestada pela pesquisadora que se dará por meio de esclarecimento de qualquer dúvida referente à pesquisa, explicação de termos e conceitos utilizados na pesquisa, indicação de leituras para complementar a prática, e também poderá orientar, caso necessário, a busca de outros acompanhamentos pertinentes. Garante-se também, se solicitado, um acompanhamento ao término da pesquisa, mostrando os resultados e contribuindo com a efetivação de possíveis mudanças.

Você tem garantida a possibilidade de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e poderão ser divulgadas, apenas, em eventos ou publicações, sem a identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação.

Os gastos necessários para a sua participação na pesquisa serão assumidos pelos pesquisadores. Fica, também, garantida indenização em casos de danos comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa.

Autorização

Eu, _____, após a leitura ou a escuta da leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou suficientemente informado, ficando claro de que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar deste estudo e assino este termo em duas vias, uma das quais foi-me entregue.

Assinatura do voluntário: _____

Assinatura do responsável pela obtenção do TCLE: _____

_____, _____ de _____ de 2018.

Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato: Comitê de Ética em Pesquisa – UFSM - Cidade Universitária - Bairro Camobi, Av. Roraima, nº1000 – Prédio da Reitoria, 2º andar - CEP: 97.105.900 Santa Maria – RS. Telefone: (55) 3220 9362. E-mail: cep.ufsm@gmail.com. Web: <<http://nucleodecomites.ufsm.br/index.php/cep>>.

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DE COLETA DE DADOS PARA OS COORDENADORES

Coordenador (a):

Formação Inicial:

Pós-Graduação:

1- Que conhecimento a coordenação tem sobre a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, com relação à atuação do Educador Especial no Ensino Superior?


2- Como o curso de Educação Especial contempla o que diz a PNEEPEI com relação à Educação Especial como modalidade transversal de ensino?

3- Como o curso de Educação Especial contempla na formação inicial a atuação do Educador Especial no Ensino Superior?

4- Na sua visão, qual a função/importância da atuação do Educador Especial no Ensino Superior?

ANEXOS

ANEXO A – REGISTRO DO PROJETO NO GABINETE DE PROJETOS-GAP DA INSTITUIÇÃO

	Universidade Federal de Santa Maria - UFSM	Data/Hora: 15/06/2018 14:30 Autenticação: C347.B597.A620.2A47.F15F.D18A.4B18.CB5D Consulte em http://www.ufsm.br/autenticacao
Projeto na Íntegra		
Título: ATUAÇÃO DO EDUCADOR ESPECIAL NO ENSINO SUPERIOR: REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO INICIAL		
Número: 049567	Classificação: Pesquisa	Registrado em: 15/06/2018
Situação: Em trâmite para registro	Início: 06/03/2018	Término: 31/12/2018
Avaliação: Avaliado	Última avaliação:	
<p>Resumo: O desenvolvimento deste estudo está vinculado à disciplina Projeto de Pesquisa Profissional, para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, tendo o Ensino Superior como lócus de formação e atuação do Educador Especial. Tem por objetivo geral conhecer os impactos da implementação da Política Nacional de Educação Especial nos cursos de Educação Especial da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e na Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), direcionando o olhar para a atuação do Educador Especial no Ensino superior. Com base nessas ideias, pretende-se desenvolver esta pesquisa para provocar algumas reflexões que contribuam para as discussões atuais sobre a temática. Para tanto, realizar-se-á uma pesquisa qualitativa, exploratória e documental. Os dados serão coletados por meio de questionário aberto direcionado aos coordenadores dos cursos de Licenciatura em Educação Especial e análise do Projeto Político Pedagógico e Ementa de cada curso, e após apresentados por meio da Técnica de Análise de Conteúdo e Documental de Bardin (2011). Espera-se que o estudo contribua com provocações construtivas para incitar as mudanças curriculares no processo formativo ofertado no curso de Educação Especial frente à necessidade do Educador Especial no Ensino Superior.</p>		
<p>Objetivos: - Conhecer os impactos da implementação da Política Nacional de Educação Especial nos cursos de Educação Especial da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e na Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), direcionando o olhar para a atuação do Educador Especial no Ensino superior.</p>		
<p>Justificativa: O acesso dos estudantes público-alvo da Educação Especial ao Ensino Superior está sendo gradativamente ampliado, afirmando e concretizando o direito de todos ao ensino, à profissionalização, à qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988) e aos debates referentes à Educação Especial. Muitas mudanças foram incentivadas pelas Políticas Públicas, visando facilitar o acesso e acolher a diversidade de todos os estudantes. O Censo da Educação Superior demonstra que, entre 2003 e 2015, o número de estudantes passou de 5.078 para 33.475 estudantes, representando um crescimento de 559%. A ampliação das ações de promoção do acesso das pessoas com deficiência à educação, nos últimos anos, resulta no crescimento de 77% no número de municípios com matrículas de estudantes público-alvo da educação especial. Em 2003, registravam-se 3.147 municípios (56,5%), chegando a 2015, com 5.566 municípios (99,9%) (BRASIL, 2016a, p. 36-37). Estes registros demonstram a oferta de acesso às Instituições de Ensino Superior (IES) e também o aumento contínuo de ingresso de estudantes público-alvo da Educação Especial na Universidade. Complementarmente, a lei nº 13.632/2018 (BRASIL, 2018) garante que a modalidade da Educação Especial inicia-se na Educação Infantil e estende-se ao longo da vida (BRASIL, 2018). Com isso, reconhece-se a importância da atuação do Educador Especial, como profissional possuidor de formação e</p>		

saberes teóricos e práticos em relação aos estudantes público-alvo que estão incluídos no Ensino Superior. Fortalecendo estas premissas, menciona-se a Lei nº 13.409/2016, que dispõe sobre a reserva de vagas para as pessoas com deficiência nos cursos Técnico de Nível Médio e Superior das Instituições Federais de Ensino (IFE) (BRASIL, 2016b).

Resultados esperados: Desenvolvimento de ações do Educador Especial mediante a existência de cargo efetivo nas IES.

Fundação: Não necessita contratar fundação

Número na fundação: Não se aplica

Supervisor financeiro: Não se aplica

Proteção do conhecimento: Projeto não gera conhecimento passível de proteção

Tipo de evento: Não se aplica

Carga Horária: Não se aplica

Alunos matriculados: Não se aplica

Alunos concluintes: Não se aplica

Palavras-chave: Educação Especial, inclusão, Educação Superior

Participantes

Matrícula	Nome	Vínculo	Função	C.H.*	Início	Término
201220276	MARIANE CARLOTO DA SILVA	Aluno de Graduação	Autor	5	06/03/2018	31/12/2018
1717236	SILVIA MARIA DE OLIVEIRA PAVAO	Docente	Orientador	1	06/03/2018	31/12/2018

* carga horária semanal

Unidades vinculadas

Unidade	Função	Valor	Início	Término
05.22.00.00.0.0 - DEPTO. FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO - FUE	Responsável		06/03/2018	31/12/2018

Classificações

Tipo de classificação	Classificação
Classificação CNPq	7.08.00.00-6 - EDUCAÇÃO
Grupo do CNPq	582 - Grupo de pesquisa em educação, saúde e inclusão GEPEDUSI
Linha de pesquisa	00.02.09.00 - EDUCAÇÃO
Quanto ao tipo de projeto de pesquisa	2.01 - Projeto de Pesquisa Pura

Regiões de atuação

Cidade	UF	País	Início	Término
--------	----	------	--------	---------